



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA
PARA A 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 02 DE MARÇO DE 2021**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei nº 843, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Autoriza o poder Executivo a estabelecer espaços permanentes e/ou pré-estabelecidos para venda de produtos e/ou serviços oriundos dos empreendimentos de economia solidária e agricultura familiar agroecológica. Pareceres nºs 1131, de 2018, e 33 e 329, de 2019, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

2 - Votação adiada - Projeto de lei nº 669, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Autoriza o Poder Executivo a implementar o modelo de Escola Cívico Militar - ECIM nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação. Parecer nº 71, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 324, de 2019, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Institui o "Dia da Distonia". Parecer nº 784, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável com substitutivo. Parecer nºs 995, de 2019, da Comissão de Saúde, favorável com substitutivo e contrário ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Parecer nº 286, de 2020, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Saúde e contrário ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 345, de 2019, de autoria do deputado Delegado Bruno Lima. Inclui conteúdos de direito dos animais e proteção animal no programa curricular das escolas públicas estaduais. Pareceres nºs 833 e 1338, de 2019, e 224, de 2021, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de

Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 704, de 2019, de autoria do deputado Adalberto Freitas. Torna obrigatória a afixação de sinalização de piso tátil nas dependências dos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, fundacional e nas empresas concessionárias de serviços públicos do Estado. Pareceres nºs 1346, de 2019, e 226, de 2021, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 971, de 2019, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dispõe sobre a cobrança de tarifa para motocicletas em estacionamentos privados. Pareceres nºs 1487, de 2019, e 222, de 2021, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1256, de 2019, de autoria do deputado Emidio de Souza. Autoriza o Poder Executivo a estabelecer uma política de incentivo ao uso de carros movidos à propulsão elétrica e híbridos. Parecer nº 225, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 77, de 2021, de autoria do deputado Daniel José. Institui o Plano de Expansão do Ensino Integral em Tempo Integral na rede pública estadual. Parecer nº 221, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 88, de 2021, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Altera o inciso XV do artigo 31 da Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual, para fins de conceder isenção do pagamento da taxa de revistoria semestral de veículos de transporte escolar, especificamente para o primeiro semestre de 2021. Parecer nº 223, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.